

Brain &

## MUNICÍPIO DE LOURES

CÂMARA MUNICIPA

11/2021 EMPREITADA
ENTRE:
MUNICÍPIO DE LOURES, pessoa coletiva de direito público número 501294996, com sede
na Praça da Liberdade, 2674-501 Loures, endereço de correio eletrónico geral@cm-loures.pt,
adiante designado por Primeiro Contraente ou Dono da Obra, neste ato representado por
Tiago Farinha Matias, Primeiro Outorgante, na qualidade de Vereador da Câmara
Municipal de Loures, cujos poderes lhe foram conferidos pelo Despacho do Senhor Presidente
da Câmara número 1/2020, datado de 2 de janeiro de 2020;
E
Sociedade Projeto (10) Construído, Unipessoal LDA, titular do número único de matrícula na
Conservatória do Registo Comercial e de pessoa coletiva número 513579303, com sede na Rua
Principal n.º 51, Alfeiria, 2565-114 Carmões, endereço de correio eletrónico
projeto10construido@gmail.com, com o capital social de 1.000,00 Euros, matriculada
Conservatória do Registo Comercial R.N.P.C., titular do alvará de empreiteiro de obras
públicas número 88701-PUB, adiante designado por Segundo Contraente ou Empreiteiro,
neste ato representado por António Santos Brás, Segundo Outorgante, na qualidade de
gerente da mencionada sociedade, conforme Certidão Permanente do Registo Comercial online
visualizada na presente data, através do código de acesso válida até 22 de
outubro de 2021
É celebrado o presente Contrato de Empreitada de Obras Públicas, precedido de Ajuste
Direto, aprovado por despacho do Primeiro Outorgante, datado de 15 de novembro de 2020,
exarado no registo informático E/111436/2020, com a aprovação da adjudicação e da minuta de
contrato, nos termos dos despachos da mesma entidade datados de 7 de janeiro de 2021,
exarados no E/127983/2020 e no E/1388/2021, que se rege pelas cláusulas seguintes e no
omisso pelas disposições contidas no Código dos Contratos Públicos e legislação aplicável ao

objeto do contrato:
Cláusula Primeira - O contrato tem por objeto a realização da empreitada na Escola Básica
Quinta das Mós em Camarate - Reparação de Pavimento no Logradouro, devendo ser
executados os trabalhos, quanto à sua espécie e quantidade, definidos nas disposições especiais
do caderno de encargos e todos os que possam considerar-se implicitamente incluídos de
acordo com as peças que constituem o projeto e com as condições técnicas, bem como as
condições estabelecidas na proposta do Empreiteiro, nas cláusulas do Caderno de Encargos e
demais elementos escritos, desenhados e patenteados, documentos que, aqui se dão por
integralmente reproduzidos e que ficam arquivados, constituindo parte integrante do presente
contrato, de acordo com o previsto no artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos
Cláusula Segunda – O Empreiteiro obriga-se a executar a empreitada no prazo de 30 (trinta)
dias seguidos, a contar da data da consignação, a qual deve ocorrer no prazo de 22 (vinte e
dois) dias a contar da presente data.
Cláusula Terceira -1. O valor contratual desta Empreitada é de 29.485,50 Euros (vinte e
nove mil, quatrocentos e oitenta e cinco curos e cinquenta cêntimos), acrescido do IVA -
Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal em vigor, se legalmente devido
2. O encargo resultante do presente contrato será satisfeito pela dotação orçamental seguinte:
classificação orgânica: 1002, classificação económica: 07010305
3. Ao contrato foi atribuída a ficha de compromisso com o número 2020/4713, datado de 14 de
janeiro de 2020
Cláusula Quarta – 1. O pagamento devido será efetuado nos termos definidos na Cláusula
34.ª e no nº. 4 da Cláusula 55.ª, ambas do Caderno de Encargos e na Proposta do
Empreiteiro
2. O Primeiro Contraente procederá à retenção de 5% do valor dos pagamentos a efetuar ao
Empreiteiro, nos termos do disposto no número 6 da Cláusula 55.ª do Caderno de Encargos.



M Brace

## MUNICÍPIO DE LOURES

## CÂMARA MUNICIPA

Cláusula Quinta - 1. A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos
custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da
empreitada, é efetuada na modalidade de "Fórmula", nos termos do disposto no Decreto-Lei
número 6/2004, de 6 de Janeiro, sendo a fórmula de revisão a utilizar a constante no <b>número 5</b>
da Cláusula 55.ª do Caderno de Encargos
2. Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da
empreitada são incluídos nas situações de trabalhos
Cláusula Sexta - Em caso de violação dos prazos contratuais serão aplicadas sanções nos
termos da Cláusula 11.ª do Caderno de Encargos
Cláusula Sétima - O prazo de garantia varia em função dos tipos de defeitos, nos termos da
Cláusula 44.ª do Caderno de Encargos
Cláusula Oitava - 1. Fazem parte integrante do contrato:
a) Os suprimentos dos erros e omissões, bem como os esclarecimentos e retificações relativos
ao Caderno de Encargos;
b) O Caderno de Encargos, a proposta adjudicada e os esclarecimentos sobre a mesma,
prestados pelo adjudicatário,
2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 1, a prevalência é determinada
pela ordem pela qual são indicadas nesse número
3. Quando a divergência entre os documentos referidos no n.º 1 e o clausulado do contrato,
prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos e aceites pelo adjudicatário
Cláusula Nona - Foi designado pelo Contraente Público, nos termos e para os efeitos do
disposto no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, gestor do contrato a Sra. Eng.ª
Cláusula Décima - 1. As notificações e comunicações entre os Contraentes relativas à fase de

execução do contrato devem ser efetuadas por correio eletrónico para os seguintes endereços

eletrónicos:
- MUNICÍPIO DE LOURES: @cm-loures.pt
- PROJETO (10) CONSTRUÍDO, UNIPESSOAL LDA.: projeto $10construido@gmail.com$ -
2. Qualquer alteração das informações de contacto contidas no contrato deve ser comunicada ao
outro Contraente.
Pelos Outorgantes foi dito que, para os seus representados, aceitam o presente contrato
nas condições exaradas
Pelo Segundo Outorgante foram exibidos os seguintes documentos:
- Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II, do Código dos Contratos
Públicos;
- Declaração do Instituto da Segurança Social, I.P., válida até 21 de maio de 2021,
comprovativa da situação contributiva regularizada;
- Certidão do Serviço de Finanças de Torres Vedras — [1589], válida até 21 de abril de 2021,
comprovativa da situação tributária regularizada
- Certificados do Registo Criminal dos titulares dos órgãos sociais do Segundo Contraente
- Declaração do Registo Central do Beneficiário Efetivo
Para constar se lavrou o presente contrato que vai ser assinado pelos Contraentes, por mim,
Raquel Sofia Martins das Neves Pereira, na qualidade de Oficial Público, nomeada pelo
despacho número 294/2020 do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Loures, de 15 de
junho de 2020, nos termos do disposto no artigo 35.º do anexo I da Lei nº. 75/2013 de 12 de
setembro
Celebrado em duplicado, em Loures a dez de fevereiro de dois mil e vinte e um, ficando um
exemplar para cada um dos Contraentes



## MUNICÍPIO DE LOURES

CÂMARA MUNICIPA

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

O Oficial Público,

Conta paga através da fatura número T/12 /

